



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Curso de licenciatura em Direito

Unidade curricular

Ciência Política, 2.º ano (opcional)
Ano letivo 2024/2025

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Vitalino José Ferreira Prova Canas, turma A noite, 2horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

2 horas, docente a definir.

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Tratando-se de disciplina do primeiro ciclo e do primeiro contacto dos alunos com a Ciência Política, haverá a preocupação de garantir, antes do mais, a assimilação dos conceitos, métodos e temas básicos da disciplina.

Assim, visa-se assegurar que os alunos fiquem em condições de:

- Compreender a diferença do ponto de vista ontológico, epistemológico e metodológico entre a Ciência Política e outras ciências, designadamente a Ciência do Direito e, dentro deste campo, a Ciência do Direito Constitucional.
- Conhecer os pilares estruturais fundamentais e os quadros normativos de qualquer sistema político, quer do ponto de vista estático (institucional, normativo), quer do ponto de vista dinâmico (relacional, comportamental).
- Dominar as distinções básicas em relação aos sistemas de governo modernos, aos sistemas de partidos e aos sistemas eleitorais.
- Estudar os principais sistema de governo, dando particular relevo ao sistema de governo português.
- Analisar criticamente os desafios que atualmente se colocam aos sistemas democráticos e detetar as suas fragilidades e condições de evolução, com a novidade da transição digital a colocar em questão os principais pilares da democracia.

Conteúdos programáticos

CAPÍTULO I

OBJECTO, MÉTODO, ÂMBITO E FINALIDADES DA CIÊNCIA POLÍTICA

1. A política e o poder político como incontornáveis objetos de estudo
2. A Ciência Política no confronto com outras Ciências
 - 2.1. História Política
 - 2.2. Sociologia Política
 - 2.3. Economia Política
 - 2.4. Filosofia Política
 - 2.5. Teoria do Estado



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 2.6. Estudos Políticos ou sobre política
- 2.7. Políticas públicas
- 2.8. Relações Internacionais
- 2.9. Ciências Jurídicas
3. Formação e desenvolvimento da Ciência Política
 - 3.1. A época clássica do pensamento normativo sobre a política
 - 3.2. A aproximação institucional ao fenómeno político
 - 3.3. Superação do paradigma normativista e institucional
 - 3.4. A revolução «behavioralista» (comportamentista)
 - 3.5. A «revolução» das escolhas racionais
 - 3.5.1. Reacção ao radicalismo comportamentista e econométrico
4. Parâmetros de estudo da política
 - 4.1. O objeto da Ciência Política
 - 4.1.1. Política
 - 4.1.2. Poder Político
 - 4.1.2.1. Distribuição do poder político
 - 4.1.2.2. Perspetivas de aproximação ao poder político
 - 4.1.2.2.1. Perspetivas estática e dinâmica
 - 4.1.2.2.2. Perspetiva direta e indireta
 - 4.2. Finalidades da Ciência Política
 - 4.3. Método da Ciência Política
 - 4.4. A imprescindibilidade de uma base teórico-política
 - 4.5. A irrupção dos valores na esfera da Ciência



CAPÍTULO II

AS FORMAS DE GOVERNO

5. Os Conceitos

5.1. Tipo histórico de Estado

5.2. Forma de estado

5.3. Regime político constitucional

5.4. Sistema constitucional de governo

5.5. Forma de governo

5.6. Sistema político e seus subsistemas

5.6.1. (Sub)sistema de governo

5.6.2. (Sub)sistemas de partidos e eleitoral

5.7. Razão de ordem

6. Legitimidade

7. Participação política

7.1. Formas de participação política em geral

7.2. Participação formal direta na decisão política

22.2.1. Eleições

22.2.2. Mecanismos da chamada democracia directa ou semidirecta

7.3. Participação formal indirecta na decisão política

7.3.1. Representação política



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

7.3.2. Representação corporativa (democracia participativa)

7.3.3. Mecanismos da chamada democracia deliberativa

7.4. Síntese das formas de participação política

8. O pluralismo político

9. Ideologia

10. Proliferação dos centros de poder e dos protagonistas políticos inorgânicos

11. Classificação das formas de governo

Sub Capítulo II

Sistema político

Seção I

SISTEMAS DE GOVERNO MODERNOS (EM GERAL)

12. Aspectos fundamentais da classificação dos sistemas de governo

12.1. Concentração ou divisão do poder

12.1.1. O debate teórico

12.1.2. A renovada atualidade da divisão de poderes

12.2. Análise estática

12.2.1. As funções

12.2.2. Quantos e quais os órgãos que partilham o poder político?

12.3. Análise dinâmica ou relacional

12.3.1. Constituição do órgão

12.3.2. Funcionamento corrente

12.3.3. Cessação ou interrupção de funções de titulares de órgãos ou cargos

12.4. Tipos de rela es fundamentais entre  rg os

12.5. Sequência

Seção II

Os sistemas de governo em particular

13. Sistema parlamentar



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 13.1. Caraterísticas comuns e tipos
- 13.2. Sistema parlamentar de gabinete
- 13.3. Sistema parlamentar de assembleia
- 13.4. Sistema parlamentar racionalizado
- 13.5. Modalidades híbridas
- 13.6. Dinâmicas dos sistemas parlamentares
- 13.7. Em particular o sistema parlamentar de gabinete no Reino Unido
 - 13.7.1. Formação histórica
 - 13.7.2. Os órgãos
 - 13.7.3. Coroa
 - 13.7.4. Câmara dos Lordes
 - 13.7.5. Câmara dos Comuns
 - 13.7.6. Gabinete e Primeiro-Ministro
- 14. Sistema presidencial
 - 14.1. Tipos de sistema presidencial
 - 14.1.1. O sistema presidencial de executivo simples
 - 14.1.1.1. O sistema presidencial de executivo simples dos Estados Unidos
 - 14.1.1.1.1. Formação histórica
 - 14.1.1.1.2. Sistema de partidos e sistema eleitoral
 - 14.1.1.1.2.1. Formação do sistema partidário
 - 14.1.1.1.2.2. Tendências do sistema partidário
 - 14.1.1.1.2.3. As escolhas eleitorais
 - 14.1.1.1.3. Federalismo
 - 14.1.1.1.4. Os órgãos do sistema presidencial norte americano
 - 14.1.1.1.4.1. O Presidente
 - 14.1.1.1.4.2. O Congresso
 - 14.1.1.1.5. O Supremo Tribunal
 - 14.1.1.1.6. Desenvolvimento recente do sistema



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

presidencial norte americano

14.1.1.1.7. Conclusão

14.1.2. Sistema presidencial de executivo complexo

14.1.2.1. O sistema de executivo efetivamente complexo: o caso francês

14.1.2.2. O sistema presidencial de executivo nominalmente complexo: os casos da República da Coreia e de Taiwan

14.1.3. Sistema presidencial de assembleia

15. Sistema semipresidencial

15.1. Antecedentes históricos e formação do sistema semipresidencial

15.2. A construção científica do conceito de sistema de governo semipresidencial como triunfo da “intuição científica”

15.3. A necessidade da superação da imprecisão conceptual

15.4. Caracterização estrutural do sistema semipresidencial

30.4.1. Princípio estrutural básico

30.4.2. A distribuição de poderes do sistema semipresidencial

30.4.3. Legitimidade democrática equivalente dos três órgãos do tríptico semipresidencial

30.4.4. Síntese e aplicação aos exemplos de Duverger

15.5. Funcionamento do sistema semipresidencial

15.6. Matrizes dos sistemas semipresidenciais

15.7. A escolha semipresidencial

15.8. Por que falham os sistemas semipresidenciais?

15.9. O sistema semipresidencial português

15.9.1. Visão geral

15.9.2. A década 2011-2021

15.9.2.1. XIX Governo (2011-2015)

15.9.2.2. XXI e XXII Governos (2015-2022)

16. O sistema diretorial: características gerais do sistema directorial

16.1. Em especial, o sistema directorial da Suíça



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

17. Referência breve a outros sistemas de governo

17.1. Sistema de governo presidencialista sem concentração de poderes

18. Sistemas sem separação de poderes

18.1. Características gerais

18.2. O sistema de governo soviético

18.3. O sistema de governo nazi-fascista

18.4. O sistema de socialismo marxista terceiro mundista

18.5. Sistema de governo presidencialista com concentração de poderes

18.6. Sistema de governo de tutela militar

18.7. Sistema de governo de tutela confessional

18.8. Sistema de monarquia absoluta

CAPÍTULO III

SISTEMAS DE PARTIDOS

19. Os partidos políticos

19.1. Introdução

19.2. As origens dos partidos políticos

19.3. O que distingue os partidos políticos de outras organizações de vocação política e social, nomeadamente os grupos de interesse e os movimentos sociais organizados?

19.4. As classificações e tipologias dos partidos políticos

19.5. A posição “espacial” (a geografia política) dos partidos políticos

19.6. A organização interna dos partidos políticos

19.7. As funções dos partidos políticos

19.8. A origem social dos militantes e dos dirigentes -superiores e intermédios- e o seu recrutamento ou escolha, bem como dos candidatos a cargos políticos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 19.9. O financiamento dos partidos políticos (o impacto do financiamento crescentemente público)
- 19.10. Os sistemas de partidos
 - 19.10.1. Perspectiva estática
 - 19.10.1.1. As classificações clássicas dos sistemas partidários
 - 19.10.1.2. Classificação adotada
 - 19.10.2. Perspectiva dinâmica
- 19.11. A tese do congelamento do sistema de partidos e o caso português
- 19.12. Erosão partidária e da democracia
 - 19.12.1. Erosão partidária
 - 19.12.2. Erosão da democracia representativa partidária
 - 19.12.3. Democracia sem partidos?

CAPÍTULO IV

O POPULISMO MODERNO

- 20. O fenómeno do populismo moderno
 - 20.1. A formação do populismo
 - 20.2. Populismo: caracterização preliminar
 - 20.3. Diferentes faces do populismo
 - 20.4. Populismo ocasional ou esporádico e populismo sistemático ou persistente
 - 20.5. Os campos férteis para o populismo
 - 20.6. Conclusão

CAPÍTULO V

OS SISTEMAS ELEITORAIS

21. Sistemas eleitorais

- 22. 1. As dimensões e as repercussões dos sistemas eleitorais



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- 22.2. Princípio de representação
- 22.3. Eleição de titulares de um único ou, simultaneamente, de vários órgãos políticos
- 22.4. O objeto do voto
- 22.5. De quantos votos o eleitor dispõe e como os pode usar, em função do tipo de lista
- 22.6. Configuração, dimensão, número e níveis das circunscrições eleitorais
 - 22.6.1. A tentação das engenharias
 - 22.6.2. Critério do número de candidatos eleitos na circunscrição
 - 22.6.3. Critério da correspondência territorial
 - 22.6.4. Critério do número de circunscrições
 - 22.6.5. Critério do número de níveis
 - 22.6.6. Critério da função
 - 22.6.7. Critério da igualdade do voto
- 22.7. *Apparentement*
- 22.8. Cláusula barreira
- 22.9. Regime do exercício do voto
- 22.10. Método de conversão dos votos dos eleitores em mandatos (fórmula eleitoral)
 - 22.10.1. Sistemas de representação maioritária
 - 22.10.1.1. Sistema da maioria simples
 - 22.10.1.2. Sistema da maioria absoluta
 - 22.10.1.2.1. Sistema maioritário, uninominal, a duas voltas
 - 22.10.1.2.2. Sistema de voto preferencial ou alternativo
 - 22.10.2. Sistemas de representação proporcional
 - 22.10.2.1. Sistemas de representação proporcional com métodos do divisor, de média mais alta ou do número maior
 - 22.10.2.1.1.1. Sistema de lista e círculos, com fórmula d'Hondt (sistema de representação proporcional mais vulgar).
 - 22.10.2.1.1.2. Sistema de representação



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

proporcional com fórmula de *Sainte-Lagüe*
modificada

22.10.2.2. Sistemas de representação proporcional de quociente
eleitoral ou de quota

22.10.2.2.1. Sistema de Hare

22.10.2.2.2. Sistema Droop ou Hagenbach-Bischoff

22.10.2.2.3. Sistemas Imperiali normal e reforçado

22.10.2.2.4. A atribuição dos mandatos remanescentes no
sistema de quociente eleitoral

22.10.2.3. Efeitos sobre o índice de proporcionalidade

22.10.2.4. Estudo de um caso particular: sistema de voto único
transferível (VUT)

22.10.2.5. Estudo de um caso particular: sistema proporcional
personalizado

22.10.3. Vantagens e desvantagens dos sistemas mais usados

23. A relação entre sistema eleitoral e sistema de partidos

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos foram escolhidos numa perspetiva de formação básica e domínio dos quadros, padrões e conceitos de Ciência Política, a serem lecionados sumariamente num conjunto reduzido de aulas teóricas.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

Haverá a repartição de matérias entre aulas teóricas e aulas práticas.

As aulas teóricas estão cargo do regente da UC, assentando na apresentação dos temas numa perspetiva sistemática e coerente com uma visão global do fenómeno político. As matérias do capítulo I serão versadas apenas nas aulas teóricas.

As aulas práticas incidirão essencialmente sobre as demais temáticas, particularmente os sistemas de governo, de partidos e eleitorais e visam estimular a intervenção dos alunos e o debate generalizado com vista a consolidar a compreensão das matérias e a permitir a avaliação dos alunos.

A avaliação obedece aos seguintes parâmetros:

Método A:

- Avaliação contínua realizada em aula prática, resultante de participação espontânea dos alunos ou de resposta a questões direcionadas geral ou individualmente pelo docente sobre temas do programa, eventualmente com base em textos ou trechos de textos científicos. Poderá haver a solicitação de comentários escritos sobre temáticas específicas. Esta componente da avaliação em método A contribuirá em 50% para a nota final neste método.

- Teste escrito obrigatório, valendo 50% da nota em método A.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

A aprovação da disciplina verifica-se com a obtenção da nota de 10 valores, formada pela combinação das componentes anteriormente referidas.

Método B:

De acordo com as regras do Regulamento de Avaliação.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

As metodologias de ensino visam a transmissão de conhecimentos básicos da disciplina, gerando a capacidade de os alunos estabelecerem interconexões com outras disciplinas do programa curricular e de adquirirem uma formação universalista que lhes venha a permitir um melhor desempenho de profissões jurídicas.

Bibliografia

Principal

Canas, Vitalino – *Ciência Política*, Almedina, Coimbra, 2022.

Complementar

Morais, Carlos Blanco de – *O sistema político no contexto da erosão da democracia representativa*, Almedina, Coimbra, 2017.

Novais, Jorge Reis – *Teoria das Formas Políticas e dos Sistemas de Governo*, 2.^a ed., AAFDL, Lisboa, 2019.

Curricular unit sheet

Course _____

Curricular unit

(maximum 1000 characters)

Responsible Academic staff and respective workload in the curricular unit (enter full name)

(maximum 100 characters)

Other academic staff and respective workloads in the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Learning outcomes of the curricular unit

(maximum 1000 characters)

Syllabus

(maximum 1000 characters) Insolvency Law

Demonstration of the syllabus coherence with the curricular unit's objectives.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

(maximun 1000 characters)

Teaching methodologies (including evaluation)

(maximun 1000 characters)

Demonstration of the coherence between the teaching methodologies and the learning outcomes

(maximun 3000 characters)

Main Bibliography

(maximun 1000 characters)

NOTE: this map can be filled in as many times as necessary to describe the different curricular units.